

O justiceiro da vontade popular

» VALDIR OLIVEIRA
Superintendente do Sebrae no DF

Não existe quem possa defender a impunidade. As ações de combate a crimes de colarinho branco são apoiadas por toda a população. Não é de hoje que a sociedade repudia atos de corrupção. Noel Rosa, em 1933, trazia essa pauta com a música *Onde está a honestidade?* O período do rock também foi muito rico nesse tema. Em *Alvorada voraz*, Paulo Ricardo até citava os casos famosos de gente importante, como ele dizia. Com tantas insatisfações, Renato Russo chegou até a gritar “que país é esse?”

Passaram-se ciclos de poder, com nomes e partidos diferentes, mas os casos de desvios se mantiveram presentes como se a corrupção fosse parte do DNA do poder. A corrupção é parte da imperfeição humana, por isso, a sedução pelo dinheiro ou pelo poder é um perigo constante.

Uma investigação mudou a história recente do Brasil e alterou os rumos do país. A partir dela, renasceu a esperança do fim da impunidade e, inevitavelmente, novos heróis nacionais. A operação, conhecida como Lava Jato, saiu da burocracia jurídica dos processos penais e ganhou as ruas, transformando-se em bandeira política de grande mobilização nacional. O que antes era crime de gente importante, como dizia a música de Paulo Ricardo, se transformou em crime hediondo, popularizando a repulsa pela corrupção, como a que sentimos com

os crimes que nos chocam, nos atingem a alma.

Autores de crimes de colarinho branco sempre foram considerados inatingíveis pela polícia e pela Justiça. O dinheiro e o poder sempre foram a proteção à impunidade. A compreensão era de que, no campo jurídico, esse embate não lograria êxito. Assim como na operação italiana Mãos Limpas, que parece ter sido a inspiração para a operação Lava Jato, a estratégia usada foi levar a investigação e julgamento para as ruas, para que os acusadores conseguissem lutar no campo político, vez que no campo jurídico a lição mostrava insucessos.

Ao levar a investigação e o julgamento para as ruas, o juiz pôs em risco a imparcialidade e comprometeu todo o processo. A política é tão sedutora quanto o dinheiro, e a corrupção oriunda da vaidade é capciosa. O conhecimento público de um processo de interesse nacional não é ruim, desde que isso não seja maior do que o próprio processo e que não se torne bandeira de outros interesses que não o da própria Justiça. Caso ocorra, a mácula na Justiça atingirá a confiança daqueles que alimentaram a esperança de um país mais justo e colocará por terra a crença que a impunidade não resistirá aos homens de boa fé.

Ao ganhar as ruas, ancorado na esperança do povo brasileiro, o herói nacional correu o risco

de transmutar seu papel de juiz para justiceiro e, efetivamente, o fez. Adotou, como princípio, a máxima de que os fins justificavam os meios e transformou seu julgamento em guerra a qualquer custo, assumindo, também, o lado de acusador, abstando-se, por consequência, da imparcialidade, fundamental em um processo justo. Existiram, assim, naquela operação, apenas dois polos: o da acusação e o da defesa.

Quem de nós já não se deparou com uma situação onde a raiva despertou a vontade de fazer justiça com as próprias mãos? Seja em um desencontro no trânsito ou no trabalho ou até em agressões a vulneráveis? O despertar da repulsa nos estimula a reagir impensada e impulsivamente, na profunda certeza de que, de fato, os fins justificam os meios. Porém, por vivermos em sociedade, não podemos permitir que esse limite seja ultrapassado. Caso contrário, como um bumerangue, tal processo tortuoso, um dia, voltará, inapelavelmente, contra nós mesmos.

Um justiceiro pode ser fruto de uma insatisfação profunda ou até da busca pelo fim impunidade. Pode ser, também, fruto da vaidade das conquistas individuais. Seja em um caso ou outro, o justiceiro sempre falha com a Justiça, porque, ao ultrapassar o limite da imparcialidade, da lei e das

verdades dos fatos, ele contamina o resultado do seu trabalho. Um justiceiro, sob o manto da cegueira de suas razões, tende, ao final, a vitimizar o réu e passa a navegar, ele mesmo, nas águas da injustiça que se propôs a combater.

O fim da operação Lava Jato também traz nova mudança para os rumos do país. Assim, da mesma forma, a condenação a qualquer preço imperará no julgamento do justiceiro, decorrente da frustração, do engodo, do abuso da boa-fé, do sentimento da perda da oportunidade do combate eficaz e limpo da corrupção. O justiceiro se torna réu do próprio julgamento e, com isso, subtrai do povo a esperança da justiça e do fim da impunidade. A corrupção da vaidade é crime tanto quanto a corrupção de recursos públicos.

A história nos relega uma lição. O povo não deve personalizar irrevogavelmente a esperança. Afinal, somos todos imperfeitos, sujeitos a erros que, muitas vezes, nos igualam. O limite entre o juiz e o justiceiro está na lei e jamais devemos ultrapassá-lo, por mais que haja motivos que estimulem essa ousadia. Afinal, como Júlio César, na Roma antiga, devemos nos lembrar sempre que somos mortais e jamais poderemos estar acima do bem e do mal. A lei será sempre o limite do nosso poder.



7 de setembro, oportunidade para mostrar um Brasil grande

» OTÁVIO RÊGO BARROS
General da reserva, foi chefe do Centro de Comunicação Social do Exército

Em 14 de julho de 1989, o povo francês comemorou os 200 anos do movimento popular que culminou com a Revolução Francesa, marco civilizatório do mundo ocidental. Para uma data tão especial, François Mitterrand, então presidente daquele país, planejou e executou uma festa digna da efeméride.

A avenida Champs-Élysées, ornada por flâmulas tricolores em azul, branco e vermelho, tendo ao fundo o Arco do Triunfo, acolheu dezenas de milhares de cidadãos para assistirem ao desfile comemorativo ao som da Marselhesa. Relembavam o momento no qual o povo, oprimido pela fome, impostos escorchantes, sinecuras da nobreza, desdém da realeza e imposições religiosas tomou a prisão da Bastilha, dando início ao caso da monarquia.

O chefe de Estado convidou orgulhosamente diversas autoridades nacionais e internacionais para juntos se curvarem aos ideais emergidos do movimento: igualdade, liberdade e fraternidade. Perfeita oportunidade para mostrar a grandeza daquela nação, em um ato de projeção de poder. E ela não foi desperdiçada.

O Brasil aceitou participar da cerimônia militar e desfilar com uma robusta delegação de Cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras e suas congêneres, a Escola Naval e a Academia da Força Aérea. Oficiais e cadetes brasileiros voltaram maravilhados! Paris é de fato cativante.

A Cidade Luz os acolheu como se previsse que no futuro aqueles jovens (hoje, alguns com estrelas de general), injetados da energia emanada pela festa genuinamente patriótica, fossem instados a usar a emocionante cerimônia cívico-militar como um exemplo de organização, na ocasião em que comemoramos o Bicentenário da nossa Independência. Lá não se viu amadorismo ou personalismo menores. Apenas profissionalismo e grande senso de unidade nacional. Nessas ocasiões, é preciso mesmo festejar, e muito. Desde as margens do riacho Ipiranga, quando Dom Pedro nos libertou do jugo português, a nação brasileira amadureceu até se conformar como um país independente de fato, cioso de sua soberania e de seus interesses, e liderança regional aceita pelos vizinhos e irmãos latinos.

Enfrentou resistências à independência, venceu movimentos separatistas, foi à guerra para desagregar patricios e interesses ofendidos, fez-se República, conviveu com movimentos político-militares ao longo do século 20, não sucumbiu aos ideologismos dos extremos e, agora na adolescência do século 21, se encontra prestes a ultrapassar o arco temporal para mais 100 anos de liberdade e reconhecimento.

Não há razão, portanto, para que a nação, essa força centrípeta de emoções, constituída por seu povo, crenças, valores, cultura e língua, seja empurrada ao abismo da divisão fratricida, patrocinada por políticos que não alcançam o significado ético e moral da união sem ressalvas, neste momento conflituoso para o povo brasileiro.

Mentes rasas, desprovidas de sinapses que unam neurônios da razão e da emoção, desejam que assumamos o comportamento semelhante à turba que invadiu a prisão em Paris e, posteriormente, desfilou enodada por sangue, com a cabeça do diretor daquela masmorra espetada em lança, pelas ruas da metrópole.

Não podemos ceder a esses impulsos “robepierrianos” que trazem como inspiração tão somente o intuito de destruir para conquistar e manter o poder a qualquer custo. Antes que os ânimos serenassem, muitas poderosas, nobres, arrogantes, belas e inteligentes cabeças rolaram para o fétido saco de aniagem, após a pesada lâmina da guilhotina desconectá-las do corpo. Inclusive a de Robespierre, o diligente carrasco dos próprios companheiros.

A história nos mostra que o Grande Medo, origem do movimento de 1789, foi promovido pelo acúmulo de declarações falsas que geraram instabilidade social, culminando com as mortes e destruições (hoje chamaríamos de fake news). Portanto, neste momento, é na contenção da divulgação de notícias desprovidas de veracidade, conduzidas por mensageiros da desordem, e dos medos que possam disseminar, que devemos começar a nossa preparação para a festa do 7 de Setembro de 2022. Já perdemos muito tempo. A festa é de todos, de todas as raças, de todas as bandeiras, de todos os credos, de todos os pensamentos políticos, de qualquer viés.

Cidadania é ação. Espelhem-nos em nossos antepassados construtores e mantenedores da independência, desde o longínquo 7 de setembro de 1822. A nação enfrenta insensatos e poderosos antagonismos internos e externos. Precisa estar pronta para se mostrar grande. Paz e bem.

A porta de entrada para outras drogas

» AIALA COLARES
Geógrafo com doutorado em ciências do desenvolvimento socioambiental, professor da Uepa, onde coordena o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros

O desmatamento é a porta de entrada para outras drogas. Grandes desmatadores do agronegócio insustentável e o crime organizado — contrabando de madeira e de animais silvestres, pirataria de patentes, narcotráfico, trabalho e escravidão sexual, milícias e mineração ilegal — avançam Amazônia adentro, sem que nada os detenha. A cocaína tem acelerado essa destruição. Desde 2016 o Brasil é o segundo maior consumidor de entorpecentes do mundo, ficando atrás somente dos EUA e de todos os países da União Europeia juntos, segundo Escritório das Nações Unidas Sobre Crime Global. O país não é só rota, mas cliente VIP.

A Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (Malungu) denunciou que 39 comunidades foram invadidas por grupos criminosos nos últimos cinco anos, a maioria deles ligados a uma facção do Rio de Janeiro. A situação se agravou nos últimos meses, quando a quadrilha quis ampliar seu domínio na região. Ela entrou em conflito com outras organizações do Amazonas, Pará e São Paulo, que também vêm disputando o controle das rotas da cocaína na Amazônia. Os casos de violência e ameaças se intensificaram no segundo semestre do ano passado — com toques de recolher, invasões e assaltos constantes.

Quem vive em cidade grande — e aí não falo só de Rio de Janeiro e São Paulo, mas de Belém e Manaus também — conhece bem a história; o

que vem acontecendo nas comunidades quilombolas amazônicas não é muito diferente. A Região Norte atrai o crime organizado, pois o baixo índice de desenvolvimento humano dado a essas populações fez delas presas fáceis para se tornarem engrenagens da vasta rede que se constrói para as operações ilícitas. É o ecossistema da criminalidade.

Com a variedade de atividades, fica mais fácil ocultar a origem do dinheiro. Tráfico e garimpo ilegal construíram pistas de pouso clandestinas — há cerca de 2 mil no Pará. Mas os criminosos também usam as legalizadas, localizadas em propriedades particulares. Olha só o ciclo se fechando: o desmatador abre caminho para a chegada e a saída do traficante. Pelo fato de fazer fronteira com países que cultivam a tradição do plantio da folha de coca (Bolívia, Colômbia e Peru), a região é uma das portas de saída da cocaína para a Europa e a África, além de abastecer o mercado brasileiro, que consome quase 3 milhões de toneladas por ano. A contrapartida (sic) regional: em 2020, os nove estados da Amazônia Legal apresentaram taxas de mortalidade mais altas do que a média nacional, que foi de 23,9 mortes a cada 100 mil habitantes. Amapá (41,7), Acre (32,9) e Pará (32,5) lideram essa lista trágica, e a média na região (29,6) também é maior que a total.

Não se pode afirmar se aconteceu por uma conjunção de interesses ou uma grande coincidência, mas é fato que a política ambiental

adotada no governo atual criou as condições perfeitas para que esse esquema proliferasse. O afrouxamento da legislação ambiental, o enfraquecimento ou aparelhamento de órgãos de fiscalização ambiental e de legalização fundiária — Ibama, Incra, Funai, Polícia Federal, ICMBio, Fundação Palmares etc. — serviram para traçar um loteamento para o crime organizado na maior floresta tropical do planeta. O seu rastro de destruição e violência fica cada vez mais visível. Os assassinatos de Bruno Pereira e Dom Phillips sinalizaram para o mundo. Vejam só o caminho que ele faz só na Amazônia: sai lá do Acre, na fronteira com Peru e Colômbia e prejudica quilombos no nordeste do Pará, para as bandas do mar e do Maranhão.

Este mês começa o primeiro Censo Quilombola do IBGE. Aproveitamos a ocasião para realisar o ato Aquilombar, em 10 de agosto, em Brasília, para denunciar os desmontes de políticas públicas, a violência contra a população quilombola e aumentar o volume de nossa voz no debate político do país. Quilombolas são fundamentais para a preservação de meio ambiente, cultura e medicina popular. Todos nós deveríamos aprender com os indígenas lições de resistência; em uma palavra, temos algo vital a oferecer para o Brasil de hoje: tolerância. Quilombos não são refúgios, mas locais de acolhimento. Este país precisa amparar seu cidadão, acalentá-lo, não o tratar como inimigo.